

Fiscalização em xeque

Cortes no orçamento do governo federal paralisam grande parte das inspeções no Brasil

Todos os tipos de auditorias fiscais do Ministério do Trabalho, incluindo as voltadas à Segurança e Saúde no Trabalho e ao combate ao trabalho escravo e infantil, estão comprometidas por causa do corte de quase 70% dos recursos orçamentários da Secretaria de Inspeção do Trabalho devido ao contingenciamento do governo federal. Conforme a titular da Coordenação Geral de Fiscalização e Projetos da SIT, Viviane de Jesus Forte, a falta de verba para custeio de deslocamento de auditores, de combustível e manutenção veicular já paralisou grande parte das inspeções. Ela complementa que cerca de 120 municípios ainda não foram completamente afetados porque dispõem de superintendências – as capitais – ou gerências regionais do MTb. Os demais 5.450 municípios, onde não existem as unidades descentralizadas e, portanto, o transporte é indispensável, estão desassistidos. “Os recursos que são repassados aos Estados para executar as fiscalizações se esgotaram, e a sede aqui não tem condições de encaminhar mais”, afirma Viviane.

Não é de agora que a fiscalização do Trabalho no Brasil vem sofrendo por falta de recursos, inclusive de pessoal, mas a situação financeira agravou-se a partir de maio quando houve corte de R\$ 39 bilhões do orçamento dos ministérios, o que afetou o orçamento do MTb em 50% - de R\$ 902 milhões inicialmente previstos para R\$ 444 milhões. Consequentemente, a SIT viu seu orçamento cair de R\$ 31 milhões para R\$ 10 milhões. “Retirar 70% do orçamento de qualquer órgão é paralisar esse órgão”, lamenta o presidente do Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho), Carlos Fernando da Silva Filho. Ele acrescenta que, para piorar a situação, desses R\$ 10 milhões, restou R\$ 1,5 milhão, porque os outros R\$ 8,5 milhões já estavam comprometidos com despesas permanentes do setor. Entre esses compromissos, lista os contratos com o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), com a Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social), de manutenção

ARQUINO PROTEÇÃO



Situação das empresas que descumprem as normas está cada vez mais confortável

veicular e também de postagens de notificações de fiscalizações indiretas das quais é exigido aviso de recebimento para comprovar a intimação.

CENÁRIO

Entre as atividades já afetadas, além das fiscalizações de rotina, estão as investigações de acidentes de trabalho, as fiscalizações planejadas sobre as condições de segurança em canteiros de obras e em frigoríficos e as auditorias portuárias e aeroportuárias, assim como as ações de combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil. As ações dos grupos especiais, como o Getrac (Grupo Especial de Fiscalização do Transporte de Cargas), também estão paradas. O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, prometeu que as ações vão continuar, no entanto, até o fechamento desta edição, as expectativas não eram muito animadoras. “Tanto o ministro do Trabalho quanto a secretária da SIT (Maria Teresa Jensen) vêm fazendo gestões junto ao Planejamento para readequar os recur-

sos orçamentários, mas, até o momento, o cenário não foi alterado. Continuamos esperançosos de que, de alguma maneira, esse reajuste orçamentário que o presidente Michel Temer está fazendo se reflita na recomposição orçamentária para o Ministério do Trabalho”, diz Viviane.

Silva não acredita numa melhoria da situação, até porque, segundo ele, mais um corte de R\$ 5,9 bilhões no orçamento da União estava previsto. No entanto, até o fechamento da edição, ainda não havia sido oficializado. “O MTb vive repetindo que vai dar uma solução, mas ainda não vimos as medidas prometidas se tornarem realidade, porque não tem orçamento garantido para a fiscalização. E, sem orçamento, não existe fiscalização, ela para”, ressalta o presidente do Sinait.

O número de auditores fiscais em atividade também é motivo de preocupação. Atualmente, são 2.400 em atividade e mais de 1.200 cargos vagos sem perspectiva de autorização de concurso público pelo Ministério do Planejamento. “E, mesmo se houvesse concurso públi-

co, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias só permite a reposição, para o exercício de 2018, no máximo, dos cargos que vagaram de dezembro de 2016 a dezembro de 2017. Para a AFT, no caso de um eventual concurso, haveria a possibilidade de reposição de, no máximo, 100 vagas”, calcula.

Na avaliação de Silva, a situação do empresário que descumpra a legislação de SST está muito confortável frente a toda essa situação. “Ele opta por não cumprir a legislação e, se a fiscalização chega lá, é autuado e paga a multa. Isso é uma tragédia social que o governo tem a obrigação constitucional de enfrentar, mas ele não está enfrentando. A situação do orçamento torna caótica uma situação que já é grave”, lamenta.

DENÚNCIA

Frente ao atual cenário da fiscalização no Brasil, o Sinait encaminhou, em 26 de julho, uma denúncia à Organização Internacional do Trabalho registrando que o governo federal está descumprindo, além da Constituição Federal, o compromisso firmado pelo Brasil ao ratificar a Convenção 81 da OIT. O acordo assegura condições de trabalho dignas à Auditoria-Fiscal do Trabalho e condições dignas de atendimento à população.

Conforme a denúncia, ao não prover os meios necessários à inspeção do Tra-

balho, o Estado brasileiro incorre no descumprimento de outras convenções internacionais, como a 105, sobre abolição do trabalho forçado, e a 182, sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. Além disso, ficam prejudicados o combate à informalidade, as ações de prevenção aos acidentes e adoecimentos ocupacionais, a inclusão de pessoas com deficiência e as fiscalizações dirigidas às relações de trabalho no campo. O Sinait também encaminhou denúncia similar à CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros).

Por sua vez, o procurador geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, se reuniu com o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, em 26 de julho, para cobrar a manutenção das fiscalizações de combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil, que são feitas em parceria entre o Ministério Público do Trabalho e o MTb. Fleury argumentou que a queda do trabalho escravo no país nos últimos anos se deve à presença marcante do Estado na fiscalização e às multas elevadas impostas aos empregadores.

No encontro, marcado a pedido do procurador, o ministro comprometeu-se a buscar soluções que assegurem as ações até fim do ano. “O Ministério do Trabalho está trabalhando no sentido de readequar o seu orçamento para que essas ações não sejam paralisadas. São ações importantíssimas que terão continuidade nos meses de julho a dezembro como planejado”, disse Nogueira.

EM QUEDA

Independentemente do recente corte no orçamento da SIT, as ações das auditorias fiscais vêm caindo. Nas estatísticas do MTb, é percebida uma queda significativa no número de inspeções voltadas à Segurança e Saúde do Trabalho nos últimos 10 anos. Em 2007, foram feitas 157.376 ações. Nos anos seguintes, os números ficaram numa média de 142.480 ações, mas, em 2015, caíram para 96.613; em 2016, para 56.766; e em 2017, para 30.836 nos seis primeiros meses.

Nas fiscalizações contra o trabalho infantil, também se percebe uma queda gradativa: foram 7.252 ações em 2015; 5.766 em 2016; e 2.114 no primeiro semestre deste ano. No mesmo período, a queda também é observada nas operações contra o trabalho escravo: 143, 115 e 49 operações respectivamente.

calçado profissional antiderrapante

Bota Acqua Foot

CA nº 39.347

BIQUEIRA COMPOSITE
ISOLANTE CONTRA O FRIO
ISOLANTE ELÉTRICO
SUPER LEVE (EVA) etc ...

ISO 20346/15
P - E - CI - I - SRC

Resistente
Produtos Químicos
D - K - O - P - R

SOLADO SUPER GRIP ANTIDERRAPANTE

Calçado fechado
ATENDE NORMA NR-32
(Segurança e Saúde no Trabalho em Serviço de Saúdes)

BIQUEIRA COMPOSITE

Works
PROFESSIONAL SHOES
CA nº 31.898

Soft Works
PROFESSIONAL SHOES
CA nº 27.921

Sapatilha
PROFESSIONAL SHOES
CA nº 34.061
← EVA Emborrachado

Tênis Works
PROFESSIONAL SHOES
CA nº 37.212

Atende Norma NR32

Light Boot
PROFESSIONAL SHOES
CA nº 37.390

ISOLANTE CONTRA O FRIO
ISOLANTE ELÉTRICO
SUPER LEVE (EVA) etc ...

Resistente
Produtos Químicos
D - K - O - P - R

Cores
- Branco
- Preto
- Marinho

LÁTEX FREE CABEÇAL

CONTÉM ANTIMICROBIANO

Soft Works

PROFESSIONAL SHOES

WEDGE SOFT WORKS EPI CALÇADOS

AMIGO DA FLORESTA (16) 3703 3240

www.softworksepi.com.br

Quadro Números em queda

As ações da Auditoria Fiscal do Trabalho têm sido reduzidas ano após ano.

Inspeções em SST	
2007	157.376
2008	145.815
2009	158.065
2010	135.621
2011	138.143
2012	154.361
2013	143.263
2014	122.095
2015	96.613
2016	56.766
*2017	30.836

Fiscalização do trabalho infantil	
2015	7.252
2016	5.766
*2017	2.114

Ações contra trabalho escravo	
2015	143
2016	115
*2017	49

* janeiro a junho

Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho/MTE